

Prezado (a) candidato (a):

Assine e coloque seu número de inscrição no quadro abaixo. Preencha, com traços firmes, o espaço reservado a cada opção na folha de resposta.

Nº. de Inscrição	Nome
<input type="text"/>	<input type="text"/>

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL SUPERIOR

RIQUEZA DA LÍNGUA

(...) Dominar a norma culta de um idioma é plataforma mínima de sucesso para profissionais de todas as áreas. Engenheiros, médicos, economistas, contabilistas e administradores que falam e escrevem certo, com lógica e riqueza vocabular, têm mais chance de chegar ao topo do que profissionais tão qualificados quanto eles, mas sem o mesmo domínio da palavra. Por essa razão, as mudanças ortográficas interessam e trazem dúvidas a todos. O acordo diz como se devem usar o hífen e o acento agudo e outros desses minúsculos sinais gráficos que já fizeram estatelar muitas reputações. A diferença entre um sucesso e um vexame pode ser determinada por uma simples crase mal utilizada. Portanto, não há como ignorar quando os sábios se reúnem para determinar o que é certo e errado no uso do português.

Nas grandes corporações, os testes de admissão concedem à competência linguística dos candidatos, muitas vezes, o mesmo peso que à aptidão para trabalhar em grupo ou ao conhecimento de matemática. Diversas pesquisas estabelecem correlações entre tamanho de vocabulário e habilidade de comunicação, de um lado, e ascensão profissional e ganhos salariais, de outro. Salte-se agora do micro para o macro. Uma decisão aparentemente arcaica sobre o uso correto do trema, por exemplo, pode ganhar contornos bem mais amplos em um momento em que os idiomas nacionais sofrem todo tipo de pressão desestabilizadora. Como diz o linguista britânico David Crystal, a globalização e a revolução tecnológica da internet estão dando origem a um “novo mundo linguístico”. Entre os fenômenos desse novo mundo estão as subversões da ortografia presentes nos blogs e nas trocas de e-mails e o aumento no ritmo da extinção de idiomas. Estima-se que um deles desapareça a cada duas semanas. Cresce a consciência de

que as línguas bem faladas, protegidas por normas cultas, são ferramentas da cultura e também armas da política, além de ser riquezas econômicas.

(TEIXEIRA, Jerônimo. Revista Veja, nº 36, 12 de Setembro de 2007, p. 89. Texto adaptado.)

QUESTÃO 01

É correto afirmar que, nesse artigo, o autor **NÃO**:

- a) Explicita a opinião dele com relação ao uso adequado da língua portuguesa.
- b) Argumenta sobre a importância do domínio do vocabulário para o sucesso profissional.
- c) Tece comparações com ambientes diversos de uso linguístico.
- d) Descreve situações detalhadas sobre as mudanças da nova ortografia.

QUESTÃO 02

São exemplos de recursos usados pelo autor na construção do texto, **EXCETO**:

- a) Emprego de citações longas.
- b) Uso de elementos persuasivos.
- c) Exposição de opiniões e fatos relevantes.
- d) Argumentos calcados em vozes credenciadas.

TEXTO II

ASCENSÃO PELO VOCABULÁRIO

O bom uso da língua influi na carreira. Um estudo feito em 39 empresas americanas mostrou que a chance de ascensão profissional está diretamente ligada ao vocabulário que a pessoa domina. Quanto maior seu repertório, mais competência e segurança ela terá para absorver novas ideias e falar em público.

(O'CONNOR, Johnson. Research Foundation e Paul Nation. Revista Veja, nº 36, 12/09/07, p. 88)

QUESTÃO 03

Pode-se afirmar que o texto II:

- a) Apenas fortalece comentários do texto I.
- b) Amplia os dados estatísticos do texto II.
- c) Apresenta, como recurso persuasivo, dados comprobatórios.
- d) Defende a ideia de que somente profissionais graduados têm ascensão.

QUESTÃO 04

A expressão “ Quanto maior **seu repertório**, mais competência e segurança...”

O termo em destaque aponta, principalmente, para o fato de que:

- a) O domínio da gramática coloca o profissional em situação de prestígio.
- b) A ampliação lexical potencializa maior segurança e ascensão profissional.
- c) Falar em público se torna sinônimo de bagagem cultural e erudição.
- d) Segurança no desempenho linguístico se traduz como exercício de competência profissional.

QUESTÃO 05

Comparando o texto II com o texto I, avalie as afirmativas e assinale V (verdadeiro) e F (Falso):

- () No primeiro texto, o articulista é um linguista e tem como público-alvo pessoas que se interessam pela língua e os fenômenos que a constituem.
- () No texto II, predomina um tom de ironia, em relação ao tema apresentado.
- () Em ambos os textos, percebem-se pontos de vista divergentes.

Marque a alternativa com a sequência **CORRETA**, de cima para baixo:

- a) V – F – V.
- b) V – V – F.
- c) F – F – V.
- d) F – F – F.

QUESTÃO 06

Há “pecados” da língua que comprometem a vida social e as pretensões profissionais de qualquer cidadão. Assinale o item, cuja revisão linguística **NÃO** está adequada à norma culta padrão:

- a) “Houveram problemas com os internautas dos blogs “.
“Houve problemas com os internautas dos blogs “.
- b) “Se ele dispor de tempo, irá enviar-lhe e-mail “.
“Se ele dispuser de tempo, irá enviar-lhe e-mail “.
- c) “Segue anexo duas cópias do texto ‘Riqueza da Língua’”.
“Seguem anexas duas cópias do texto ‘ Riquezas da Língua’”.
- d) “Esse assunto é entre eu e ela”.
“Esse assunto é entre ela e eu”.

QUESTÃO 07

Que alternativa apresenta as palavras que preenchem corretamente as lacunas abaixo?

Esta é _____ uma reforma _____ incompleta, pois não unifica a escrita de fato e mexe _____ em _____ pontos que ainda restam confusos, como o uso do hífen e a escrita dos compostos.

- a) mesmo – meio – mal – bastantes .
- b) mesma – meia – mal – bastante.
- c) mesma – meio – mau – bastante.
- d) mesmo – meia – mau – bastantes.

Leia os textos abaixo para responder às questões 08, 09 e 10.

Conversa Digital
Como a Internet mudou a ortografia

“ Algum tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim, isto é, se poria em primeiro lugar o meu nascimento ou a minha morte. Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferentes métodos: a primeira é que eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço; a segunda é que o escrito ficaria assim mais galante e mais novo.

Moisés, que também contou a sua morte, não a pôs no intróito, mas no cabo: diferença radical entre este livro e o Pentateuco”.

“alg1 tempo hesitei c devia abrir estas memórias pelo principio ou pelo fim, isto eh, se poria em 1º lugar o meu nascimto ou a minha morte. Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimto, 2 considerações me levaram a adotar ≠ metodo: a 1ª eh q ã sou propriamente 1 autor defunto, + 1 defunto autor, p/ qm q kmpa foi outro berço; a 2ª eh q o escrito ficaria assim + galante e + novo. moises, q tb contou a sua morte, ã pôs no intróito, + no kbo: ≠ radical entre este livro e o pentateuco”.

(O primeiro parágrafo de Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, no original e traduzido para o “internetês”. Revista Veja, 12 de Setembro de 2007, p. 92).

QUESTÃO 08

O texto de Machado de Assis, traduzido para o internetês, demonstra:

- a) formalidade no uso da tradução.
- b) incorporação de sinais gráficos.
- c) transgressão ao tema definido.
- d) inadequação de linguagem.

QUESTÃO 09

Pode-se depreender, por meio da linguagem do “internetês”, que o texto machadiano sofreu:

- a) interferência, pois a comunicação digital afetou a essência da língua oral.
- b) alteração temática.
- c) alteração no grau de formalidade linguística.
- d) modificação no emprego da concordância verbal.

QUESTÃO 10

No parágrafo original de Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, há a seguinte afirmação:

“(...) Moisés, que também contou a sua morte, não a pôs no intróito, mas no cabo...”

Nesse trecho, a diferença radical entre o texto machadiano e o de Moisés caracteriza-se pela apresentação:

- a) de argumentos contraditórios e antitéticos.
- b) da opção pela estrutura composicional da narrativa.
- c) da época em que foram produzidos.
- d) das contradições entre autor defunto e defunto autor.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL – NÍVEL SUPERIOR

As questões de nº 21 a 26 estão baseadas no que dispõe a Lei Orgânica do Município de Caeté.

QUESTÃO 11

Analise as afirmações abaixo, no que tange à matéria financeira e orçamentária:

I – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

II – A lei que instituir o Plano Plurianual de ação governamental, compatível com o Plano Diretor, estabelecerá, de forma setORIZADA, as diretrizes, objetivos e metas de administração municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas a programas de duração continuada.

III – A lei de diretrizes orçamentárias, compatível com o Plano Plurianual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

IV – A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público municipal; o orçamento de investimento das empresas em que o Município direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

V - Integrarão a lei orçamentária demonstrativos específicos com detalhamento das ações governamentais, em nível mínimo de órgão ou entidade responsável pela realização da despesa e função; objetivos e metas; natureza da despesa; fontes de recursos; órgão ou entidade beneficiários; identificação dos investimentos, por região do município; identificação de forma regionalizada, dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes de isenções, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

VI – A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo, na proibição, autorização para abertura de crédito, ainda que por antecipação da receita nos termos da lei.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) As afirmações estão corretas, mas a VI não contém todas as exceções à proibição de que trata.
- c) A afirmação I está incorreta, pois as leis que menciona são de iniciativa do Poder Legislativo.
- d) Apenas as afirmações II e III estão corretas.

QUESTÃO 12

Analise as afirmações abaixo, no que tange à saúde:

I – Saúde é direito de todos e dever do Poder Público, assegurado mediante políticas econômicas, sociais, ambientais e outras que visem à prevenção e a eliminação do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, sem qualquer discriminação. O direito à saúde implica a garantia de condições dignas de trabalho, renda, moradia, alimentação, educação, lazer e saneamento, bem como a participação da sociedade civil na elaboração de políticas, na definição de estratégias de implementação e no controle das atividades com impacto sobre a saúde.

II – O direito de acesso da população às informações de interesse para a saúde obriga o Poder Público a mantê-la informada sobre os riscos e danos à saúde e sobre as medidas de prevenção e controle adotadas.

III – O acesso aos serviços de saúde é garantido exclusivamente à população de baixa renda, observados os critérios de dignidade, gratuidade e boa qualidade no atendimento e no tratamento de saúde, bem como triagem, encaminhamento e transporte de doentes, quando não seja possível dar-lhes mais assistência e tratamento com recursos locais.

IV - As ações e serviços de saúde são de relevância pública, e cabem ao Poder Público sua regulamentação, fiscalização e controle, na forma da lei, devendo sua execução ser feita diretamente através de serviços oficiais e, supletivamente, através de terceiros.

V - As ações e serviços públicos de saúde integram o Sistema Municipal de Saúde, que se organiza, no Município, de acordo, entre outras, com a diretriz de comando político-administrativo único das ações pelo órgão central do sistema municipal, articulado com as esferas estadual e federal, formando uma rede regionalizada e hierarquizada e a diretriz de participação, em nível de audiência, da sociedade civil, através de entidades representativas da

comunidade e de profissionais de saúde na formulação, gestão e controle da política municipal e das ações de saúde, através da constituição do Conselho Municipal de Saúde com a participação do Poder Público.

Verifica-se que:

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Somente as afirmações I, IV e V estão corretas.
- c) Todas as afirmações estão incorretas.
- d) Somente as afirmações I, II e IV estão corretas.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa **INCORRETA**, no que tange ao plano diretor:

- a) A Lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos. No processo de elaboração do mesmo e na fiscalização de sua implementação, os poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, e a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos, bem como o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidas.
- b) Os orçamentos anuais, as diretrizes orçamentárias e o Plano Plurianual serão compatibilizados com as prioridades e metas estabelecidas no Plano Diretor. Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.
- c) O Plano Diretor, aprovado pela maioria dos membros da Câmara, ou seja, maioria absoluta, conterà, entre outros elementos, a exposição circunstanciada das condições econômicas, financeiras, sociais, culturais e administrativas do Município; os objetivos estratégicos, fixados com vistas à solução dos principais entraves ao desenvolvimento social, bem como as diretrizes econômicas, financeiras, administrativas, sociais, de uso e ocupação do solo e de preservação do patrimônio ambiental, cultural e natural, visando atingir os objetivos estratégicos e as respectivas metas.
- d) A outorga onerosa do direito de construir corresponde à fixação, no plano diretor, de áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido nos limites do coeficiente de aproveitamento básico adotado, entendido tal coeficiente como a relação matemática entre a área edificável e a área do terreno.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa **CORRETA**, no que tange ao processo legislativo:

- a) Não será admitido, sob qualquer pretexto, aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito.
- b) A urgência pode ser solicitada por prefeito ou bancada para a apreciação de projeto de sua iniciativa.
- c) Se a Câmara não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre projeto de iniciativa do Prefeito, será ele incluído na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.
- d) A proposição de lei, resultante de projeto aprovado pela Câmara, será enviada ao Prefeito que, no prazo de quinze dias, contados da data de seu recebimento, aporá sanção ou veto.

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa **INCORRETA**, no que concerne aos servidores públicos:

- a) Os atos de improbidade administrativa importam suspensão dos direitos políticos, perda de função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na forma e na graduação estabelecidas em lei, excluída a hipótese de ação penal.
- b) Em entidades da administração indireta, pelo menos um cargo ou função de direção superior será provido por servidor ou empregado de carreira da respectiva instituição.
- c) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d) É vedado ao servidor municipal desempenhar atividades que não sejam próprias do cargo de que for titular, exceto quando ocupar cargo em comissão ou desempenhar função de confiança.

QUESTÃO 16

Compete privativamente à Câmara Municipal, **EXCETO**:

- a) Eleger a sua Mesa e destituí-la na forma regimental e constituir as Comissões; elaborar o Regimento Interno; dispor sobre sua organização, seu direcionamento e sua polícia; dispor sobre criação, transformação ou extinção de cargo, emprego e função de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; aprovar crédito suplementar ao orçamento de sua Secretaria, nos termos da Lei Orgânica.
- b) Fixar o subsídio do Vereador, do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Secretário Municipal, Secretário Municipal Adjunto, ou aos equivalentes, bem como dos dirigentes das entidades da administração indireta, observados os critérios estabelecidos na Lei Orgânica e os limites previstos em Leis Complementares ou na Constituição Federal.
- c) Dar posse ao Prefeito e Vice-Prefeito; conhecer da renúncia do Prefeito e Vice-Prefeito; conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para interromper o exercício de suas funções; autorizar o Prefeito a se ausentar do Município e, o Vice-Prefeito, do Estado, por mais de dez dias.
- d) Processar e julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito, o Vereador e o Secretário Municipal e afins, nas infrações político-administrativas; decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, na Lei Orgânica e na legislação federal aplicável.

QUESTÃO 17

Com base na Lei Municipal de Caeté nº2581/2009, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Esta lei tem entre seus objetivos estruturar a carreira do quadro dos profissionais da Educação Básica; assegurar remuneração condigna dos profissionais da Educação Básica; garantir a promoção na carreira dos profissionais da Educação Básica de acordo com o crescente aperfeiçoamento profissional; promover a gestão democrática da educação municipal; garantir a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.
- b) O provimento para o emprego público em cada uma das classes da Educação Básica Municipal será realizado através de concurso público, de provas ou de provas e títulos. Os concursos públicos realizados após a vigência desta lei, para provimento do emprego de Professor deverão exigir como habilitação mínima o nível superior.

- c) A jornada de trabalho do ocupante de emprego da Carreira da Educação Básica Municipal poderá ser em regime básico ou suplementar, correspondendo, respectivamente, a vinte horas semanais e a quarenta horas semanais.
- d) A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do ocupante de emprego da Carreira de suas funções, computado o tempo de afastamento para todos os fins de direito, e será concedida para frequência a cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas.

QUESTÃO 18

Com base na Lei Municipal de Caeté nº2581/2009, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A convocação em regime suplementar será remunerada, proporcionalmente, ao número de horas adicionadas à jornada básica de trabalho do ocupante de emprego da Carreira dos profissionais da Educação Básica e não caracterizará hora extraordinária.
- b) Quando, na escola, não houver profissional interessado, poderá ser oferecido o regime suplementar de trabalho ao profissional da Educação Básica de outra escola.
- c) O nível referente à habilitação do ocupante de emprego de Professor V é o da formação em nível de pós-graduação, em cursos na área de educação, com duração mínima de trezentos e sessenta horas.
- d) Além do vencimento, o ocupante de emprego da Carreira fará jus às gratificações de função pelo exercício em escola de difícil acesso e pelo exercício de docência exclusiva com alunos portadores de necessidades especiais. Tais vantagens pecuniárias são cumulativas, mas seu pagamento ocorrerá enquanto durar o exercício nessas condições especiais.

QUESTÃO 19

Com base na Lei Municipal de Caeté nº 2.573/2009, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Esta lei dispõe sobre o plano geral de empregos, carreiras e salários dos empregados públicos da administração pública direta e indireta do Município de Caeté.
- b) O Anexo I contém os grupos de atividade administrativa ou de especialização profissional pelas quais se distribuem as classes de empregos; denominação do emprego; código da classe; o número de empregos existentes; o símbolo do salário; a carga horária; a habilitação e o salário inicial.

- c) Somente será permitido serviço extraordinário, mediante autorização do Prefeito, através de ato próprio, para atender a situações excepcionais, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas diárias, podendo este regime ser prorrogado por igual período, diante de situações inadiáveis cuja inexecução possa acarretar prejuízos irreparáveis.
- d) O Município poderá conceder, discricionariamente, ao Empregado Público nomeado em razão de aprovação em concurso público que exercer as suas funções em unidade administrativa de difícil acesso, uma gratificação de função no percentual de 10% (dez por cento) de seu vencimento básico.

QUESTÃO 20

Com base na Constituição da República, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- b) A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; os requisitos para investidura, promoção e progressão e as peculiaridades dos cargos.
- c) Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, exclusivamente em prol da administração pública.
- d) Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, salvo quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

ADVOGADO – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 21**

Com relação ao penhor, à anticrese e à hipoteca, é **CORRETO** afirmar:

- a) Tratando-se de coisa comum a dois ou mais proprietários pode, cada um, individualmente, dar em garantia real a parte que tiver.
- b) Em regra, o pagamento de uma ou mais prestações da dívida não importa exoneração correspondente da garantia, exceto se esta compreenda vários bens.
- c) O credor anticrético tem direito a reter em seu poder o bem, enquanto a dívida não for paga; extingue-se esse direito decorridos dez anos da data de sua constituição.
- d) É válida cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

QUESTÃO 22

Considere as assertivas:

- I. O mandato outorgado por instrumento público poderá substabelecer-se mediante instrumento particular.
- II. Em regra, o mandato pode ser expresso ou tácito, verbal ou escrito.
- III. O maior de dezesseis e menor de dezoito anos não emancipado não pode ser mandatário, havendo expressa vedação legal em razão da sua incapacidade civil relativa.
- IV. O mandato pode ser especial a um ou mais negócios determinadamente, ou geral a todos os do mandante, sendo que o mandato em termos gerais só confere poderes de administração.

A respeito do mandato, de acordo com o Código Civil brasileiro, está **correto** o que consta **APENAS** em:

- a) I, III e IV.
- b) I e II.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e IV.

QUESTÃO 23

Cíntia demandou por dívida já paga em parte, sem ressaltar as quantias recebidas. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, salvo se houver prescrição, ela ficará obrigada a pagar ao devedor o

- a) que dele exigir multiplicado pelo valor total da dívida.
- b) equivalente ao valor total da dívida.
- c) dobro do que houver cobrado.
- d) que dele exigir multiplicado por um terço do valor total da dívida.

QUESTÃO 24

Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos. Em regra, a oposição

- a) oferecida antes da audiência será apensada aos autos principais e correrá simultaneamente com a ação, sendo porém julgadas em sentença separadas.
- b) que for distribuída por dependência, os opostos serão citados, na pessoa dos seus respectivos advogados, para contestar o pedido no prazo comum de 15 dias.
- c) na qual um dos opostos reconhecer a procedência do pedido, contra o outro não poderá prosseguir o oponente.
- d) oferecida depois de iniciada a audiência seguirá o procedimento ordinário, podendo o juiz sobrestar no andamento do processo principal, por prazo nunca superior a 60 dias, a fim de julgá-lo conjuntamente com a oposição.

QUESTÃO 25

Marta ajuizou ação de cobrança em face de Joana. Citada, Joana procurou Marta para uma tentativa de conciliação amigável. Neste caso, o processo

- a) poderá ser suspenso por convenção das partes, por prazo nunca superior a 120 dias.
- b) poderá ser suspenso por convenção das partes, por prazo nunca superior a três meses.
- c) poderá ser suspenso por convenção das partes, por prazo nunca superior a seis meses.
- d) não poderá ser suspenso por convenção das partes não havendo previsão legal neste sentido.

QUESTÃO 26

A respeito da revelia, considere as assertivas:

- I. Se houver pluralidade de réus e algum deles contestar a ação, não serão reputados verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.
- II. Ocorrendo a revelia, o autor poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, independentemente de promover nova citação do réu.
- III. Contra o revel que não tenha patrono nos autos correrão os prazos, independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.
- IV. Decretada a revelia, não poderá o revel intervir no processo, devendo aguardar a prolação da sentença.

De acordo com o Código de Processo Civil, está **correto** o que consta **APENAS** em:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I e IV.
- d) I e III.

QUESTÃO 27

Com relação ao processo cautelar, é **correto** afirmar:

- a) Cabe à parte propor a ação, no prazo de sessenta dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório.
- b) O procedimento cautelar deve ser instaurado necessariamente antes do processo principal e deste é sempre dependente.
- c) O requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de cinco dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretenda produzir.
- d) Em regra, se por qualquer motivo cessar a medida cautelar, a parte poderá repetir o pedido dentro dos noventa dias subsequentes à cessação da medida, sob pena de preclusão.

QUESTÃO 28

A respeito do concurso de pessoas, é **CORRETO** afirmar:

- a) É necessária a presença in loco do comparsa para a configuração da co-autoria.
- b) É admissível o concurso de pessoas nos crimes de mera conduta.
- c) Responde por co-autoria quem presta auxílio ao autor do crime, após a consumação do delito.
- d) Não há concurso de pessoas se não houver prévio ajuste entre os autores do crime.

QUESTÃO 29

A respeito dos crimes contra a Administração Pública, considere as assertivas:

- I. O funcionário público que obtém vantagem ilícita em proveito próprio e em prejuízo alheio, adquirindo mercadorias em supermercado com cheque sem fundos, comete crime de peculato.
- II. O particular pode ser co-autor de crime de concussão praticado por servidor público.
- III. O crime de corrupção passiva se consuma no momento da entrega pela vítima ao funcionário público da vantagem indevida solicitada.

Está correto o que consta **SOMENTE** em

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II.
- d) II e III.

QUESTÃO 30

A respeito dos Crimes contra a Pessoa, é **CORRETO** afirmar:

- a) O crime de omissão de socorro pode ser cometido por pessoa que não se encontra presente no local onde está a vítima.
- b) O crime de autoaborto é punível por culpa, quando resultar de imprudência, negligência ou imperícia por parte da gestante.
- c) O reconhecimento do perigo de vida no delito de lesões corporais graves depende de exame de corpo de delito complementar.
- d) Quem induz alguém a suicidar-se não responde pelo delito se da tentativa de suicídio resultam apenas lesões corporais graves.

QUESTÃO 31

O inquérito policial:

- a) nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá ser sem ela ser instaurado, pois o ofendido poderá oferecê-la em juízo.
- b) poderá ser arquivado pela autoridade policial, quando, no curso das investigações, ficar demonstrada a inexistência de crime.
- c) somente poderá ser instaurado, nos crimes de ação penal privada, a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- d) poderá ser instaurado, nos crimes de ação pública, somente mediante requerimento escrito do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.

QUESTÃO 32

A respeito da competência, considere as assertivas:

- I. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.
- II. Nos casos de exclusiva ação penal privada, o querelante só poderá ajuizar a ação no foro do domicílio ou residência do réu.
- III. Na competência por conexão ou continência, no concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração à qual for cominada pena mais grave.

Está **correto** o que consta **SOMENTE** em

- a) I e II.
- b) III.
- c) I e III.
- d) II e III.

QUESTÃO 33

A respeito do procedimento ordinário, é **CORRETO** afirmar:

- a) Terá início com o interrogatório do réu.
- b) A defesa prévia será apresentada até três dias após o interrogatório.
- c) Serão ouvidas, na instrução, até cinco testemunhas.
- d) O juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença.

QUESTÃO 34

A respeito do habeas corpus, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Não pode ser utilizado para garantir o direito de reunir-se pacificamente.
- b) É meio hábil para tutelar a liberdade de locomoção.
- c) É cabível quando o processo for manifestamente nulo.
- d) Pode ser utilizado para trancar a ação penal por falta de justa causa.

QUESTÃO 35

O Poder Constituinte, que consiste na possibilidade que os Estados-membros têm, em virtude de sua autonomia político-administrativa, de se auto-organizarem por meio de suas respectivas constituições estaduais, sempre respeitando as regras limitativas estabelecidas pela Constituição Federal, é classificado por:

- a) ilimitado.
- b) derivado reformador.
- c) originário.
- d) derivado decorrente.

QUESTÃO 36

No tocante ao Controle de Constitucionalidade, o requisito que trata da verificação material da compatibilidade do objeto da lei, ou do ato normativo com a Constituição Federal, é classificado de

- a) constitutivo.
- b) substancial.
- c) formal subjetivo.
- d) formal objetivo.

QUESTÃO 37

Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, é **CORRETO** afirmar:

- a) São onerosas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- b) A criação de associações e, de cooperativas, na forma da lei, dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- c) São assegurados, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, excluídas as atividades desportivas.
- d) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

QUESTÃO 38

No tocante ao Município, considere as assertivas:

- I. Reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
- II. Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite mínimo de 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.
- III. Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 23 (vinte e três) vereadores, nos Municípios com até 600.000 (seiscentos mil) habitantes.
- IV. O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de vinte por cento da receita do Município.

Está **correto** o que consta **APENAS** em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.

QUESTÃO 39

Quanto ao ato administrativo, é **INCORRETO** afirmar:

- a) A finalidade é elemento vinculado de todo ato administrativo, seja ele discricionário ou regado.
- b) A alteração da finalidade expressa na norma legal ou implícita no ordenamento da Administração caracteriza o desvio de poder a invalidar o ato administrativo.
- c) A revogação ou a modificação do ato administrativo não é vinculada, motivo pelo qual é prescindível a obediência da mesma forma do ato originário.
- d) A motivação é, em regra, obrigatória, só não sendo quando a lei a dispensar ou se a natureza do ato for com ela incompatível.

QUESTÃO 40

Em tema de responsabilidade dos servidores públicos, considere as assertivas:

I. Praticando conduta que configure infração administrativa, que acarrete dano à Administração e seja tipificada como crime, o servidor público estará sujeito às consequências civis, administrativas e penais, pois têm elas fundamento e natureza diversos.

II. Não incide responsabilidade civil, salvo a penal e administrativa, para aquele que exerce, mesmo transitoriamente ou sem remuneração, mandato, cargo ou função em órgão estatal, pela prática de improbidade administrativa.

III. A pena de suspensão significa o não exercício das atribuições funcionais por certo tempo, com percepção dos vencimentos correspondentes ao cargo.

IV. O curso do prazo prescricional para a atuação disciplinar da Administração, interrompe-se na data do conhecimento da autoria da infração e suspende-se com a instauração do processo disciplinar.

V. Toda sanção disciplinar há de estar associada a uma infração, a uma conduta que traduz descumprimento de dever ou inobservância de proibição, de natureza funcional.

É **correto** o que consta **APENAS** em:

- a) II e IV.
- b) I e V.
- c) I, II e III.
- d) III, IV e V.